

A política do esquecimento nas crônicas de Luis Fernando Veríssimo

Ana Maria Portella Montardo*
Universidade de Santa Maria

Resumo:

Este trabalho pretende fazer uma análise da abordagem do tema da política do esquecimento nas crônicas de Luis Fernando Veríssimo. Em um primeiro momento, são feitas algumas observações sobre a relevância deste cronista no âmbito intelectual brasileiro. Em um segundo momento, é feita uma reflexão sobre o apagamento de memória coletiva através de seus textos, com ênfase maior nas crônicas *Bobos* e *Dois Acrobatas*. O objetivo dessa reflexão é analisar como a política do esquecimento é utilizada como um instrumento de manutenção do autoritarismo do Estado. O enfoque dado será de orientação sociológica.

Apesar de não vivermos hoje em um regime totalitário, podemos facilmente verificar a presença de resíduos autoritários no atual sistema político. As práticas de tortura, racismo, machismo e de políticas pedagógicas que colocam os alunos, sejam eles de ensino fundamental, médio ou superior, em posição de subordinados são exemplos que comprovam a existência de autoritarismo em nossa frágil democracia. A política do esquecimento é uma das principais ferramentas utilizadas pela elite para manter a aparência democrática desse regime autoritário. Quando portador de memória coletiva, um povo pode refletir sobre os fatos políticos de seu país e do mundo, relacionando-os entre si, fazendo comparações e análises e, desse modo, tomando posições críticas em relação a eles e exercendo plenamente sua cidadania. Através do apagamento da memória coletiva, a elite impede que as classes dominadas percorram todo esse caminho reflexivo e, dessa forma, mantém sua posição de classe dominante.

Em vista disso, é importante que os intelectuais brasileiros levem seu público à reflexão sobre tal assunto, para que haja uma maior conscientização acerca da relevância da memória coletiva. O cronista gaúcho Luis Fernando Veríssimo freqüentemente aborda em seus textos o tema da política do esquecimento. A importância deste autor como crítico deste tema está na abrangência de seu público e na clareza de sua linguagem.

Veríssimo mantém uma coluna diária no jornal *O Globo*, cujos textos são reproduzidos em alguns dos principais jornais do Brasil. O conjunto de sua produção invariavelmente torna-se *best-seller*, perdurando semanas na lista dos livros mais vendidos na categoria não-ficção. Além do mais, suas crônicas já foram adaptadas ao teatro, ao cinema e à mais popular das mídias, a televisão.

Evidentemente apenas o fato de serem veiculadas em mídias de grande alcance não garantiria tamanho sucesso às suas crônicas. Pouco adiantaria se seus milhões de leitores não pudessem também compreendê-las. Este é o principal ponto: Veríssimo,

*Bolsista de Iniciação Científica do Projeto Integrado de Pesquisa Literatura e Autoritarismo (CNPq; FAPERGS; FIPE/UFSM; FIEIX/UFSM), orientado por Jaime Ginzburg.

por usar humor refinado e linguagem clara, comunica – de maneira mais profunda com o leitor crítico, de maneira mais superficial com o leitor médio.

Pode-se dizer, portanto, que Luis Fernando Veríssimo é um dos intelectuais de maior audiência no âmbito da crítica social no Brasil. Através de suas crônicas, pessoas de diferentes gêneros, classes sociais e níveis culturais tornam-se aptas a um olhar corrosivamente lúcido sobre os fatos da vida pública e privada do Brasil e do exterior.

Com base nessa breve análise sobre a produção de Veríssimo, percebe-se que sua importância como crítico da política do esquecimento está no fato de que sem ele provavelmente poucas pessoas teriam sequer o conhecimento de que existe política do esquecimento, quanto mais de que ela ocorre no Brasil. Ao ler crônicas como *Bobos*, *Dois acrobatas*, *O puma no meio da sala* e *Sobre o leite derramado*, seu público não só toma conhecimento de que ela existe no Brasil e no exterior como também pode refletir sobre suas consequências e concluir sobre sua incontestável eficácia.

Na crônica *Bobos*, o tema é a volta à discussão de um assunto esquecido havia quinze anos: o atentado no Riocentro. Para o cronista, é importante que se discuta novamente o caso porque desse modo discute-se duas coisas: o terrorismo de Estado então praticado e o seu abafamento. Segundo Veríssimo, a discussão sobre o abafamento do caso torna-se mais significativa na medida em que se percebe que, nos dias de hoje, “varrer evidências para baixo do tapete é de novo defendido como atividade patriótica”.

Esta idéia de patriotismo vai ao encontro da tese do historiador alemão Michael Stürmer. Segundo ele, os historiadores devem suprimir da História alemã o episódio do Holocausto. Seu argumento é de que se a História se concentrar nas falhas e crimes alemães, o povo corre o risco de ter sua autoconfiança, e conseqüentemente, sua identidade nacional abaladas, o que coloca o futuro do país em jogo (Duvenage 1999:3).

A tese de Stürmer se encontra implícita ou explicitamente polemizada em outras crônicas de Veríssimo. Em *A cultura do remorso II*, ele critica alguns norte-americanos que se opuseram à discussão nos Estados Unidos sobre os efeitos das bombas de Nagasáki e Hiroshima. Para eles, esta discussão era um ato impatriótico. Tanto esses norte-americanos quanto os brasileiros que pretendem esconder as atrocidades cometidas durante a ditadura militar estão de acordo com o historiador alemão. Ocultar certos aspectos do passado revela-se um mecanismo de defesa contestável.

O argumento do mecanismo de defesa parece ter grande pertinência psicanalítica. Com efeito, Freud apontava a negação como um dos mecanismos de defesa do ego. Através desse mecanismo, o sujeito lembra-se incorretamente de fatos como uma forma de não aceitá-los na realidade uma vez que perturbam o ego. Em sua obra, Freud cita uma declaração de Nietzsche para melhor ilustrar a negação: “‘Isto foi feito por mim’, diz minha memória. ‘Isto não foi feito por mim’, diz meu orgulho’, e permanece inexorável. Por fim a memória cede” (Freud 1901:183). Porém, o próprio Freud defendia como tratamento psicanalítico de um trauma o trabalho de recomposição do evento traumático. Isso porque “o trauma é justamente uma ferida na memória” (Seligmann-Silva 2000:84). E o que são o Holocausto e a violência dos períodos ditatoriais brasileiros senão traumas?

Outro teórico que vai contra a tese de Stürmer é Jacques Le Goff. Para ele, “a memória é um elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual ou colectiva, cuja busca é uma das actividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje (...)” (Le Goff 1984:46). Ainda segundo ele, “a perda, voluntária ou involuntária, da memória colectiva nos povos e nas nações pode determinar perturbações graves da identidade colectiva” (idem, 1984:12).

Logo, no tocante a fatos como o atentado no Riocentro, e mesmo como o Holocausto, a negação pode ser mais prejudicial do que seu reconhecimento. Em *Bobos*, Veríssimo sugere por que a memória é preferível ao esquecimento: “o problema com coisas varridas para baixo do tapete é que continuamos a viver em cima do tapete, e o acobertado nem sempre fica quieto”. Em outras palavras, por mais que esqueçamos os crimes e mesmo as más administrações de nossos políticos, continuamos a sofrer suas conseqüências, e às vezes estas acabam chegando a situações extremas.

É interessante observar em Veríssimo que o acobertado *nem sempre* fica quieto. Isso indica que na maioria das vezes o passado acobertado não volta a ser assunto. Que o atentado no Riocentro volte a ser discutido constitui uma exceção. Os demais atos de barbárie cometidos durante o regime militar continuam acobertados. A imprensa não fala dos desaparecidos políticos. O período em que a economia brasileira parecia estar em franco desenvolvimento, durante o governo do General Médici, foi apelidado, “milagre econômico” ou “milagre brasileiro”. Mesmo as pessoas nascidas após aquele período ouviram falar do “milagre”, mas ignoram o contexto em que ele se deu. O período de recessão que sucedeu o “milagre”, no entanto, não recebeu nome e dele pouca gente sabe ou lembra. Portanto existe uma estratégia de velamento em nossa história política.

Um dos mecanismos utilizados pelo Estado para promover o apagamento da memória coletiva é a manipulação de notícias. Veríssimo faz uma crítica a esta prática na crônica *Dois Acrobatas*. No texto, Veríssimo utiliza uma pequena história fictícia para criticar o uso de factóides como mecanismo de desvio da atenção do povo dos fatos de relevância política. Na história, um homem sentado em uma mesa de bar reconhece Adolf Hitler na mesa vizinha. O homem começa então a conversar com Hitler. Diz-lhe imaginar que ele deve viver cheio de remorso pelo que fez. Quando Hitler pergunta o que foi que ele fez, o homem menciona os seis milhões de judeus que mandou matar. Diante da resposta do tirano alemão de que ele havia esquecido esse episódio, o homem pergunta se ele faria a mesma coisa caso tivesse que começar tudo outra vez. Hitler responde que mandaria matar não só seis milhões de judeus, como também dois acrobatas. O homem pergunta por que ele mataria dois acrobatas. Hitler então triunfa: “Viu como você esqueceu os judeus?”

Veríssimo utiliza essa história de humor negro para fazer uma comparação com o cenário político brasileiro. Para o cronista, a tática de acrescentar fatos novos, porém de pouca relevância, a fatos de real importância é muito usada por quem manipula notícias. Quando um assunto ameaça se tornar um escândalo, inventa-se um novo fato, polêmico mas irrelevante, e esse passa a ser o assunto. Os escândalos financeiros e políticos são freqüentemente obscurecidos, e dentro de pouco tempo, comple-

tamente esquecidos, em razão dos factóides.

Na novela *A Indomada*, exibida em 1997 pela Rede Globo, Aguinaldo Silva soube ilustrar de forma clara e inteligente a prática de construir factóides. O prefeito da cidade fictícia de Greenville (interpretado pelo ator Paulo Betti) adorava fazer obras desnecessárias na cidade. As críticas do povo às tais obras deixaram-no sem saber o que fazer. Seu sogro (interpretado por Ary Fontoura), o qual exercia um cargo eletivo em Brasília, ensinou o genro a lidar com a situação. Ele devia tomar uma outra medida, ainda mais descabida que as obras, para que a atenção popular se voltasse a ela. O prefeito então decretou que o trânsito da cidade de Greenville adotaria a mão esquerda, tal como em Londres. O povo, evidentemente, passou a não falar em outra coisa. Enquanto isso, o prefeito tocou suas obras sossegadamente.

Para Veríssimo, os escândalos políticos são tratados com a seriedade que merecem somente quando o diversionismo dos acrobatas falham. “E os acrobatas não têm falhado muito, ultimamente, neste país de distraídos”, escreve o cronista. Ao atribuir o adjetivo *distraído* ao povo, o autor também critica os brasileiros, pelo fato de estes deixarem-se levar pelo sensacionalismo dos factóides. Veríssimo repete esta crítica em outras crônicas. *Sobre o leite derramado*, tem por tema a dominação do Brasil pelo FMI. O narrador argumenta que “a situação está como está justamente porque temos o hábito de (...) deixar tudo eternamente pra lá”. Em *O Puma no meio da sala*, satiriza-se a farsa que envolveu o inquérito sobre o atentado no Riocentro. O texto se refere ao Brasil como “o país do finge que não aconteceu”.

Evidentemente, há razões para o povo ser tão distraído, e elas são tantas que não caberiam no espaço deste artigo. No entanto, duas delas serão apontadas aqui. Em primeiro lugar, o povo brasileiro foi tão excluído das decisões políticas do país ao longo da história, que acabou acreditando, de fato, que os problemas referentes à política nacional são do governo e não seu. Em segundo lugar, os brasileiros vivem uma rotina estafante que não deixa tempo para reflexões sobre fatos políticos (que afinal, na concepção deles, não são assuntos seus). Quem está desempregado preocupa-se em resolver essa situação. Quem tem emprego, em geral enfrenta um dia-a-dia que envolve um sistema de transporte coletivo ineficiente, um trânsito caótico, a violência urbana, uma relação de subordinação em relação ao seu patrão, salário insuficiente para sustentar sua família de forma digna e, em muitos casos, um trabalho que não proporciona identidade entre a sua vontade e as tarefas que executa. Em um país que oferece uma tão baixa qualidade de vida ao seu povo, é compreensível que este se deixe entreter pelos factóides e não queira refletir sobre assuntos desagradáveis.

Mesmo que o brasileiro tivesse tempo e disposição para refletir sobre fatos de relevância política, social, econômica ou cultural, isso não seria possível porque lhe falta um pré-requisito fundamental: a capacidade de reflexão. Os aparelhos ideológicos de Estado também contribuem, e muito, para esta falta de espírito crítico do povo. Eles não ensinam a refletir. Ao contrário, trabalham para que o cidadão aceite o autoritarismo como algo natural e inevitável. Não é por acaso que a política de esquecimento é uma importante ferramenta neste processo de amestramento do povo. Isto indica que, uma vez que reconheceu a importância da memória coletiva para a de-

mocracia de um país, o Estado passou a usá-la a seu favor. Para Le Goff (1984:13), além de ser uma conquista, a memória coletiva também é um instrumento e um objetivo de poder:

“(...) a memória colectiva foi posta em jogo de forma importante na luta das forças sociais pelo poder. Tornar-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória colectiva”

A manipulação da memória coletiva não é recente. Segundo Le Goff (1984:18), no Oriente antigo, os soberanos faziam seus escribas redigirem relatos detalhados de seus reinados onde emergiam vitórias militares, benefícios da sua justiça e progressos do direito, ou seja, somente aspectos positivos de seus governos. Na atualidade, um importante mecanismo de manipulação da memória tem sido a imprensa.

Na crônica *Dois acrobatas*, Luis Fernando Veríssimo escreve que “não se deve criticar muito a imprensa por cair no truque dos dois acrobatas”. Em outras palavras, ele afirma que não se deve criticar muito a imprensa pelo fato de ela conceder espaço na mídia para os factóides. Afinal, a imprensa, assim como o povo, apenas “cai no truque”. É provável que ela mesma não saiba o que se trafica nos bastidores do poder. Mas deve-se observar que o uso do intensificador *muito* deixa subentendido que Veríssimo acredita que a imprensa tem, sim, uma parcela de culpa. Ou seja, em alguns casos ela é conivente com o governo ao dar mais ênfase à vida particular de celebridades, por exemplo, do que a fatos que realmente interferem na vida dos cidadãos.

De acordo com Le Goff (1984:33-34), a imprensa efetivamente revolucionou, embora lentamente, a memória ocidental. O historiador transcreve o seguinte pensamento de Leroi-Gourhan:

“Até o aparecimento da imprensa... dificilmente se distingue entre a transmissão oral e a transmissão escrita. A massa do conhecido está mergulhada nas práticas orais e nas técnicas; a área culminante do saber, com um quadro imutável desde a Antigüidade, é fixada no manuscrito para ser aprendida de cor... Com o impresso não só o leitor é colocado em presença de uma memória colectiva enorme, cuja matéria não é mais capaz de fixar integralmente, mas é freqüentemente colocado em situação de explorar textos novos. Assiste-se então à exteriorização progressiva da memória individual; é do exterior que se faz o trabalho de orientação que está escrito no escrito.”

De fato, o que se pode verificar nos dias atuais é que há um excesso de informação. Através de jornais, revistas, rádio, televisão e internet, o povo é bombardeado por notícias de todas as partes do mundo sobre os mais variados assuntos, dos mais relevantes aos mais dispensáveis. Nesse bombardeio, é necessário que o povo filtre as notícias, concentrando-se naquelas que tratam de assuntos que realmente interfiram em sua vida e refletindo sobre eles. No entanto, em uma sociedade de consumo como a atual, na qual quase tudo o que não oferece prazer imediato é rejeitado, esta tarefa mostra-se pouco convidativa. As notícias cujos assuntos são casamentos e divórcios de celebridades não requerem debate para serem digeridas e por isso mesmo acabam sendo muito mais comentados do que notícias sobre política, por exemplo.

A mesma cultura de massa que provoca nas pessoas o interesse somente pelo que gera sensações instantâneas também provoca o desprezo por tudo o que é velho. Isso está se tornando ainda mais perigoso à medida em que os meios de comunicação ficam cada vez mais velozes, fazendo com que um fato de seis meses atrás seja considerado antigo. O que dizer de fatos de trinta, cento e cinquenta, quinhentos anos atrás? Percebe-se que há um desinteresse pela história e pela preservação da memória. O povo não vê a si mesmo como um agente da história (e o Estado tem participação direta na formação dessa visão), tampouco enxerga uma relação entre o passado e o presente. Desse modo é mais fácil entender por que o povo deste e de outros países não se preocupam em lembrar e refletir.

É interessante observar que Veríssimo termina a crônica *Dois Acrobatas* da seguinte maneira: "O patriciado brasileiro sobrevive porque muda de assunto". Parece o cronista concordar, neste caso específico, com a tese de Stürmer, ou seja, de que esquecer é um ato vital.

Ao analisar os fatos, teses e crônicas mencionados neste trabalho, deve-se levar em conta a dimensão dos objetos de esquecimento que estão em jogo. Em alguns casos, Stürmer pode ter razão, enquanto que em outros, Freud - no tocante ao tratamento de trauma - e Le Goff é que estão certos. Em suas crônicas, Veríssimo, talvez até sem saber, ora concorda com estes, ora concorda com aquele. Esta talvez seja uma maneira de suscitar polêmicas construtivas por parte de seus leitores. Quando se trata de um escândalo de corrupção, talvez não valha mesmo a pena insistir em demoradas reflexões sobre o caso. Deve-se, evidentemente, exigir a punição dos envolvidos no caso e manter o escândalo na memória para que os corruptos não tornem a ser eleitos. Já quando se trata de casos como o Holocausto e a ditadura militar, em que houve desrespeito, humilhação, violência, enfim, ultraje aos direitos humanos, deve haver, sim, em quantidade e qualidade, extensos debates, discussões e reflexões sobre o assunto. Será lembrando constantemente que tais traumas serão superados e que, desse modo, será construída uma memória coletiva capaz de levar seus cidadãos a realmente exercerem sua cidadania.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- DUVENAGE, Pieter (1999). The politics of memory and forgetting after Auschwitz and apartheid. *Philosophy & Social Criticism*. V.25. n.3. London, Sage, pp. 1-28.
- LE GOFF, Jacques (1984). Memória. *Enciclopédia Einaudi*. V.1. Portugal, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, pp. 11-50.

- PINHEIRO, Paulo Sérgio (1991). Autoritarismo e transição. *Revista USP*. n.9. São Paulo, USP, pp. 45-56.
- SELIGMANN-SILVA, Márcio (2000). A história como trauma. In NESTROVSKI, Arthur & SELIGMANN-SILVA, Márcio, orgs. *Catástrofe e representação*. São Paulo, Escuta, pp. 73-98.
- VERÍSSIMO, Luis Fernando (1999). A cultura do remorso II. In *Aquele estranho dia que nunca chega*. As melhores crônicas de política e economia. São Paulo, Objetiva.
- VERÍSSIMO, Luis Fernando (1997). Bobos. In *A versão dos afogados*. Novas Comédias da Vida Pública: 347 crônicas datadas. Porto Alegre, L&PM, p.174.
- VERÍSSIMO, Luis Fernando (1997). Dois Acrobatas. In *A versão dos afogados*. Novas Comédias da Vida Pública: 347 crônicas datadas. Porto Alegre, L&PM, p. 165.
- VERÍSSIMO, Luis Fernando (1999). O puma no meio da sala. In *Aquele estranho dia que nunca chega*. As melhores crônicas de política e economia. São Paulo, Objetiva.
- VERÍSSIMO, Luis Fernando (1999). Sobre o leite derramado. In *Aquele estranho dia que nunca chega*. As melhores crônicas de política e economia. São Paulo, Objetiva, p. 127.

